

entidades da administração estadual e municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

II - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Cumpre à Controladoria Geral do Município de Muniz Freire/ES dar ciência a este Tribunal dos dados referente a aplicação de recursos e a execução da programação financeira de desembolso no exercício de 2016. Tal atribuição extrai-se do artigo 122 da Resolução do TCEES N° 261/2013.

Da análise dos procedimentos de controle conclui-se que dos "33" pontos de controle foram encontradas irregularidades em apenas "2", qual seja: 1) As contribuições previdenciárias (patronal e retida dos servidores) e os parcelamentos de débitos previdenciários foram pagos parcialmente; e 2) Os passivos não são pagos em ordem cronológica de suas exigibilidades.

Quanto as contribuições previdenciárias, de acordo com o balancete da despesa por elemento de despesa o débito referente as obrigações patronais perfazem o valor de R\$ 24.539,29 (vinte e quatro mil quinhentos e trinta e nove reais e vinte e nove centavos), já em relação as contribuições previdenciárias referente ao segurado foram devidamente quitados, sendo que os valores retidos em dezembro/2016 foram quitados no mês seguinte, qual seja, janeiro/2017.

Importa esclarecer que quanto ao débito referente a obrigação patronal está sendo pleiteado um parcelamento perante a Receita Federal, visando regularização a situação de inadimplência do Município.

No que diz respeito ao pagamento dos passivos em ordem cronológica de suas exigibilidades verificou-se que em detrimento da grave crise financeira enfrentada por todos os municípios do país, faz-se necessário, na prática, priorizar os pagamentos; já que os recursos estão escassos e os serviços a serem prestados só aumentam.

As irregularidades encontradas podem ser justificadas pela crise econômica que enfrentamos e que se instalou em todas as esferas de governo (nacional, estadual, e municipal), outra justificativa é a queda absurda da receita, somada a determinação constitucional que assegura aos servidores públicos a revisão salarial anual (art. 37, inciso X, CF).

Por todo o exposto, em nossa opinião as demonstrações contábeis e as demais peças que integram a prestação de contas sob exame representam adequadamente com



ressalvas a prática de atos de gestão no exercício a que se refere, observando-se a legalidade, legitimidade e economicidade na gestão dos recursos públicos.

Muniz Freire/ES, 13 de março de 2017.

  
**FABÍOLA ALVES LOPES**  
Controladora Geral do Município  
Decreto n°. 7.078/2017